

**// DESTAQUE //**

**COMUNICADO ANR**  
**Governo de SP reconhece importância do setor e mantém bares e restaurantes abertos em São Paulo**

A Associação Nacional de Restaurantes (ANR) tem atuado fortemente, desde o início da pandemia, para sensibilizar as autoridades de todo o país diante da grave crise do setor, a pior da história de bares e restaurantes. São 4 os caminhos principais de conduta:

- **Político:** interlocução direta com governadores, ministros, secretários, prefeitos e autoridades do legislativo e da área da saúde;
- **Jurídico:** orientações sobre novas regras anunciadas pelos governos para combater à pandemia que afetam o setor, negociações trabalhistas.
- **Comunicação:** exposição à grande imprensa de todo o país de dados e informações sobre a crise e seus impactos em bares e restaurantes com foco em sensibilizar as autoridades;
- **Saúde:** interlocução com autoridades do setor, além de profissionais ligados à Vigilância Sanitária para sensibilização sobre as boas práticas executadas por bares e restaurantes na pandemia.

Nesse contexto, é com muita satisfação que a ANR recebe a notícia de que o Governo de São Paulo decidiu nesta sexta-feira, dia 8 de janeiro, manter a capital paulista e a maior parte do estado na fase amarela do Plano São Paulo. Na prática, seguem as mesmas regras que vigoravam desde dezembro, com fechamento dos bares às 20 horas e dos restaurantes às 22 horas, com proibição de venda de bebidas alcoólicas após às 20 horas.

Na coletiva de imprensa que anunciou os novos critérios para as classificações de fase do Plano São Paulo, autoridades reconheceram, na tomada de decisão, que o setor, ao lado de tantos outros do comércio, têm cumprido todas as regras de prevenção da covid-19.

**RECLASSIFICAÇÃO**

O secretário de Saúde do estado de São Paulo, Jean Gorinchteyn, anunciou que três regiões regressaram para a fase laranja, enquanto a capital segue na amarela.

As regiões de Marília, Sorocaba e Registro passaram da fase amarela para a laranja, que prevê medidas mais restritivas. Já a região de Presidente Prudente, que estava na fase vermelha, progrediu para a laranja, totalizando quatro regiões nessa fase.

Os critérios para classificação na fase verde e laranja também mudaram. Antes, para avançar para a fase verde, a região precisava alcançar 40 internações e cinco óbitos a cada 100 mil habitantes nos últimos 14 dias. Agora, são 30 internações e três óbitos a cada 100 mil habitantes. Para retroceder para a fase laranja, era necessário que a ocupação de leitos de UTI fosse de 75%. Agora, é de 70%. Uma nova reclassificação do Plano SP está prevista para o dia 5 de fevereiro.

**// TRIBUTOS //**

**ANR adverte para aumento de preços caso Governo de São Paulo insista em alta de ICMS de 15% para bares e restaurantes**

No último dia de 2020, a ANR divulgou um comunicado em protesto contra o reajuste de 15% de ICMS em São Paulo em 2021. O objetivo era chamar a atenção da sociedade e, em especial, das autoridades fazendárias do estado para o risco do aumento do preço dos alimentos e para a piora da crise no setor, que já vive o pior momento de sua história por conta da pandemia do novo coronavírus.

"O setor de restaurantes, bares e similares foi duplamente atingido. Além do aumento de 15% do seu próprio ICMS, o custo de seus produtos crescerá por conta do aumento do imposto sobre insumos agropecuários e gêneros alimentícios utilizados na produção das refeições", diz um trecho do documento.

De acordo com a ANR, toda a sociedade paulista será duramente castigada. "Não só os donos de restaurantes, mas os milhões de trabalhadores e suas famílias que trabalham direta e ou indiretamente neste segmento econômico cujos empregos agora se veem ameaçados, além de todos os milhões de cidadãos que se alimentam diariamente nestes estabelecimentos ou encomendam suas refeições para consumo em sua própria residência ou escritório e que, a partir de janeiro, terão de pagar bem mais caro para suprir a necessidade humana mais básica de se alimentarem".

A ANR reivindica, ao lado de outros setores da economia,

que o estado reavalie os decretos editados no contexto da Lei nº 17.293/2020 e mantenha a carga tributária em vigor em 2020 sobre os produtos agropecuários, gêneros alimentícios e sobre as próprias refeições fornecidas por restaurantes, bares e similares. O assunto ganhou grande repercussão na imprensa ao longo de toda a semana e levou o governador Joao Doria a recuar em algumas medidas (veja nota abaixo).



Foto: Banco de Imagens

**Aumento de ICMS sobre alimentos e medicamentos em São Paulo é cancelado**

Depois das diversas manifestações e protestos na semana passada de alguns setores, o governador de São Paulo, João Doria, cancelou uma alteração prevista em alíquotas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre alimentos, insumos agrícolas e medicamentos. As mudanças em alíquotas do ICMS de diversos produtos teriam alteração ou elevação a partir de 1º de janeiro, após decretos relacionados a uma lei publicada em outubro passado.

Adubos e fertilizantes, milho em grão, farelo de soja, sementes, produtos veterinários, defensivos e rações, por exemplo, passariam de isentos para taxa de 4,14%. O óleo diesel e o etanol, que tinham alíquota de 12%, para 13,3%.

A Secretária de Fazenda e Planejamento de São Paulo projetava uma arrecadação da ordem de R\$ 7 bilhões com a medida, em recursos vistos como importantes para fazer frente a perdas causadas pela pandemia.



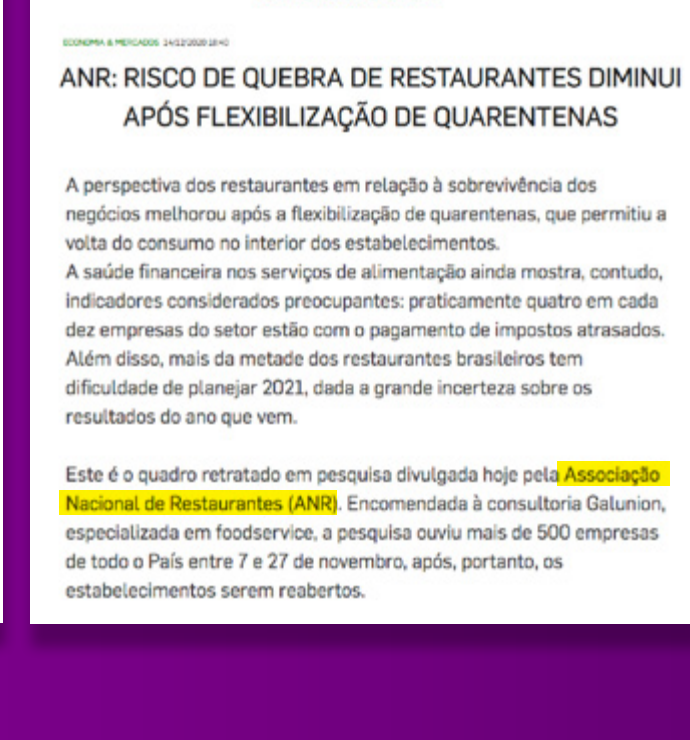
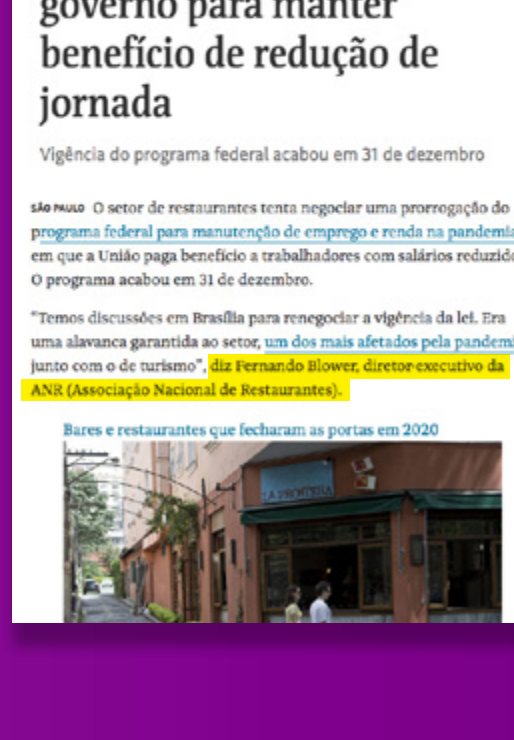
Foto: Banco de Imagens

**// ANR NA MÍDIA //**

**Reivindicações da ANR e última pesquisa da entidade com a Galunion são destaques na imprensa**

A ANR intensificou seus posicionamentos na mídia ao longo do mês de dezembro a partir da divulgação da nova pesquisa realizada em parceria com o a consultoria Galunion sobre os impactos da pandemia no setor. A entidade foi citada em diversas reportagens em todo o país em veículos como **Folha de S. Paulo**, **O Estado de S. Paulo**, **Veja**, **Veja Rio**, **Exame**, **Valor Econômico**, **Gazeta**

**do Povo** e muitos outros. No último dia 3, domingo, e na segunda-feira, 4, na edição impressa, o jornal Folha de S. Paulo também deu destaque às reivindicações da ANR para que o Governo mantenha, em 2021, os programas de manutenção de emprego e renda da Lei 14.020, que permitia suspender contratos e reduzir jornadas até 31.12.20.



**// ACORDO //**



**Aprovadas prorrogações e outras regras de trabalho na Convenção Coletiva do SINTHORESP**

A assembleia do SINTHORESP, realizada nos dias 4 e 5 de janeiro de 2021 de forma remota, aprovou o Terceiro Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2021. Na ocasião, foi realizada uma votação em que 84% dos trabalhadores da categoria votaram SIM para as regras negociadas para continuidade do enfrentamento à crise causada no setor pela pandemia da covid-19. Confira as resoluções:

- **Prorrogação**
  - até 30 de junho de 2021, da suspensão contratual;
  - até 30 de junho de 2021, da redução em 25% dos salários e jornadas;
- Parcelamento do pagamento das férias;
- Limitação da estabilidade do emprego em até 180 dias;
- Parcelamento das verbas rescisórias e da multa de 40% do FGTS;
- Renovação dos acordos coletivos de trabalho;
- Validação dos acordos de PLL;
- Limitação de todos os termos previstos na CCT 2019/2021, independentemente de assembleias dos empregados.
- As informações são do Informativo ANR nº 002, elaborado por Andrea Carolina da Cunha Tavares, sócia da área trabalhista da Dias & Pamplona Advogados, consultoria jurídica da ANR.

**// LEGISLAÇÃO //**



**Já vigora em SP lei que proíbe utensílios plásticos na cidade**

Entrou em vigor em São Paulo desde o início do ano a lei municipal que proíbe o fornecimento de copos, pratos, talheres e agitadores para bebidas de plásticos descartáveis aos clientes de restaurantes, bares e similares. No começo da semana passada a ANR enviou um informativo aos seus associados com detalhes sobre a nova lei, assim como orientações preparadas pela consultoria jurídica da ANR, a Dias e Pamplona.

Segundo o documento, preparado pelo advogado Carlos Augusto Pinto Dias, da lei é possível entender, "não de forma muito clara", que:

- A proibição dos utensílios é restrita ao fornecimento na área interna dos restaurantes e similares, o que possibilitaria sua utilização em entregas em domicílio (delivery);
- Estão proibidos apenas os utensílios plásticos descartáveis ou de uso único, de tal sorte que aqueles que passíveis de ser lavados e reutilizados poderiam continuar a ser fornecidos;
- Como a primeira autuação implica apenas pena de advertência, a empresa que seguir fornecendo os utensílios (...) poderia aguardar eventual autuação inicial e na sequência tentar a obtenção de medida liminar na justiça. Se a liminar vier a ser indeferida, a empresa deixaria de usar qualquer utensílio de plástico em qualquer modalidade de fornecimento, com vistas a evitar a reincidência que teria como consequência a aplicação de multa pecuniária.

**// SAÚDE //**

**Anvisa recebe pedido de uso emergencial de vacinas do Instituto Butantan e Fiocruz contra a Covid-19**

Na última sexta-feira (08), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recebeu dois pedidos de uso emergencial de vacinas contra o novo coronavírus.

A primeira trata-se da CoronaVac, desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac. O governo de São Paulo anunciou que a CoronaVac teve eficácia de 78% para casos leves na terceira fase de testes com cerca de 13 mil voluntários no Brasil. Os estudos mostram também que a vacina é 100% eficaz na prevenção de casos graves e moderados de Covid-19. O outro pedido veio da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), que solicitou a autorização para uso emergencial de 2 milhões de doses prontas da vacina de Oxford/AstraZeneca, que serão importadas da Índia.

A Anvisa comunicou que vai continuar a avaliar toda a documentação assim que todos os documentos forem entregues e que já iniciou a triagem. A análise do pedido de uso emergencial é feita por uma equipe multidisciplinar e envolve especialistas das áreas de registro, monitoramento e inspeção. O resultado final do estudo sobre a eficácia é a última etapa necessária para que a Anvisa analise o pedido de autorização de uso das vacinas. Em São Paulo, caso aprovada, a vacinação em grupos de riscos, como idosos e profissionais da saúde, foi anunciada para começar no dia 25 de janeiro.

**// BRASIL //**

- **Minas Gerais:** Belo Horizonte está em regime de lockdown a partir desta segunda-feira, dia 11. Com isso, apenas os serviços essenciais, como supermercados, padarias, postos de combustíveis e farmácias possuem o aval para funcionar. Segundo o prefeito Alexandre Kalil (PSD), a decisão foi tomada para tentar barrar a crescente transmissão do novo coronavírus. Bares e restaurantes operam apenas com retirada no local e entrega.
- **Amazonas:** decreto que proíbe o funcionamento de todos o estabelecimentos comerciais e serviços não essenciais no es pelo período de 15 dias foi publicado no dia 4 de janeiro. Até comércio geral fechado, restaurantes só podem funcionar delivery e estão proibidas festas e reuniões.
- **Rio Grande do Sul:** em Porto Alegre, a prefeitura apresenta novas diretrizes para o combate do novo coronavírus. Pelo t ficam sem limites de ocupação e tempo mesas e cultos. Ba restaurantes podem operar sem horário de início definido, seguem encerrando às 23h.
- **Paraná:** O toque de recolher no estado (das 23h às 5h) foi rogado até 31 de janeiro. A medida entrou em vigência em

dezembro e foi estendida outras duas vezes, nos dias 17 e 28. A restrição não se aplica aos serviços considerados essenciais. O documento ainda mantém também a proibição de comercialização e consumo de bebidas alcólicas durante a madrugada em locais públicos. Na capital, restaurantes e lanchonetes podem funcionar das 6 às 22 horas, de segunda a sábado. Nos domingos, podem funcionar por delivery e na modalidade drive-thru até as 22 horas.



Foto: Banco de Imagens

**// MUNDO //**

- **Reino Unido:** Na última semana, o Reino Unido entrou em seu terceiro lockdown para conter a variante mais contagiosa do coronavírus enquanto a vacinação avança. Restaurantes, bares e cafés estão fechados e podem funcionar apenas para sistema de entrega ou retirada de alimentos.
- **Alemanha:** Os números de casos e mortes pelo coronavírus continuam em alta. Autoridades alemãs anunciaram a extensão do lockdown em todo o país até o fim de janeiro. Os comércios não essenciais permaneceram fechados, o que inclui bares e restaurantes.
- **Espanha:** Diversas regiões anunciaram um endurecimento das medidas para conter a Covid-19 no país. A possibilidade de um confinamento da população não está no plano das autoridades espanholas no momento. Em Barcelona, os bares e restaurantes podem servir apenas café da manhã e almoço e, no fim de semana, poderão abrir somente os comércios essenciais como farmácias e supermercados.

• **Itália:** Os italianos, que passaram grande parte do feriado de Natal e do Ano Novo em casa, foram autorizados a sair em casos de emergenciais, de saúde e para trabalho. Porém, todos os bares e restaurantes tiveram que fechar e as viagens entre as cidades foram reduzidas ao mínimo.

• **França:** As autoridades anunciaram na última semana que os bares e restaurantes só vão reabrir possivelmente a partir de 15 de fevereiro. Assim, a reabertura dos estabelecimentos de food service, prevista para 20 de janeiro, foi adiada. O toque de recolher obrigatório, das 20h às 6h, imposto desde dezembro em todo o país, continuará em vigor pelo menos até 20 de janeiro.

• **Portugal:** Para evitar o avanço da segunda onda do coronavírus, o país deu um passo atrás em sua retomada das atividades. Em Lisboa, o limite para reuniões de pessoas, que novamente reduzido para no máximo 10 pessoas. No resto do país, segue valendo a regra mais leve, que permite o encontro de até 20 pessoas. Cafés e bares devem fechar às 20h em toda a região metropolitana da capital portuguesa.

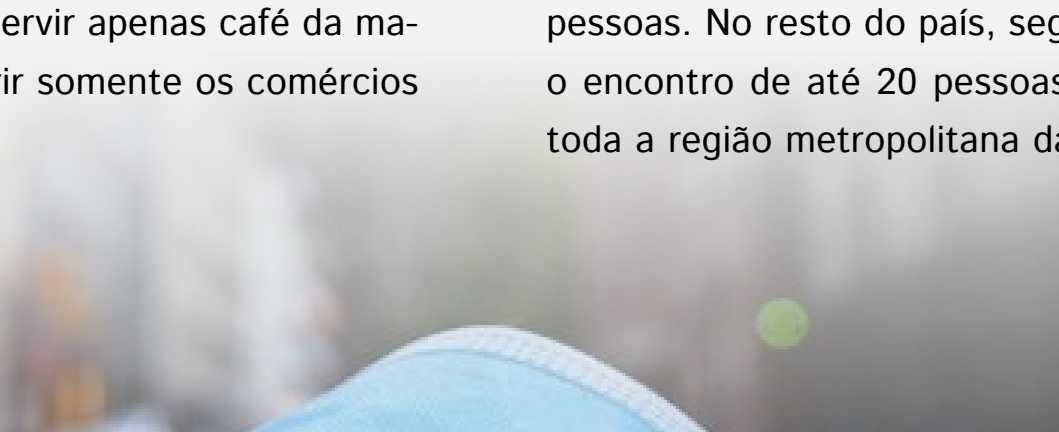


Foto: Divulgação | Christoph Harst